

EDUCAÇÃO FÍSICA, MEIO AMBIENTE E AVENTURA UM PERCURSO POR VIAS INSTIGANTES

Prof^a. Dr^a. ALCYANE MARINHO

Docente da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Florianópolis (SC)

Pesquisadora do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL)
da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Rio Claro (SP)
E-mail: alcyane.marinho@hotmail.com

Prof. Dnd. HUMBERTO LUÍS DE DEUS INÁCIO

Prof. Assistente do Departamento de Educação Física
da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba (PR)
Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
E-mail: humberto@ufpr.br

RESUMO

Investigações sobre as relações entre a educação física e o meio ambiente ainda são recentes e, com o objetivo de contribuir nesse debate, este texto apresenta reflexões que extrapolam a compreensão das atividades de aventura como mero processo esportivo formal ou como uma parcela de mercado de trabalho exclusiva e, por isso mesmo, excludente. Apontamos como fértil a relação entre seres humanos e natureza mediada pela aventura, o que nos permite ressaltar a educação física como um campo do conhecimento que ocupa uma posição privilegiada para as mais diversas intervenções nesse segmento em plena emergência. Nesse contexto, dialogamos com a geografia e com a sociologia, buscando aproximações com esses outros saberes e áreas do conhecimento, destacando o importante papel da educação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Educação física; meio ambiente; aventura; interdisciplinaridade; educação ambiental.

INTRODUÇÃO

A compreensão dos problemas ambientais é uma construção social, situada em uma variedade de experiências. Pode-se observar, de fato, a existência de uma multiplicidade de formas de representação da natureza e do ambiente, desde a científica à mítica. Para Hannigan (1995), em vez de uma entidade permanente, o meio ambiente deve ser entendido como um conceito fluente, apontando na direção de um construcionismo social, fruto de um processo maior que engloba os sistemas produtivo e político, além das relações sociais e da própria cultura.

É preciso ressaltar que os problemas socioambientais, assim como em outros sistemas (produtivos e políticos), acabam por seguir uma divisão internacional, apresentando-se, mais severamente, nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, ainda que haja controvérsias sobre isso. Leff (2000) aponta o processo de colonização pelo qual passaram inúmeros países dos continentes do Hemisfério Sul como um dos maiores geradores da degradação dos patrimônios natural e cultural nesses lugares.

Também é necessário admitir que “a ação antrópica não constitui o único fator de desequilíbrio de uma suposta harmonia natural da biosfera” (VIEIRA; WEBER, 1997, p. 24). A compreensão desse processo, sustentado pelo ecossistemismo, ajuda a perceber que a ação antrópica pode ser nociva ou benéfica, dependendo de variáveis espaciais, temporais, culturais, religiosas, econômicas etc. Por isso, discutir a relação entre natureza e educação física, mediada pelas atividades de aventura, mostra-se tão importante.

A sociedade, particularmente ao revalorizar as paisagens naturais – agora na direção de um aproveitamento econômico pela exploração turística –, constrói um novo modelo perceptivo em relação ao meio e lhe impõe novas territorialidades. Conforme Luchiani (2000), é na emergência dos territórios que a sociedade mediatiza suas relações com a natureza e lhe atribui um valor, uma representação e um controle sobre as paisagens que os seres humanos disputam em um campo relacional de poder¹.

Contraditoriamente, o processo de produção de paisagens urbanas em regiões até então “esquecidas” foi acelerado e uma construção permanente do conceito de meio ambiente foi alimentada, ambos pela valorização estética das paisa-

¹ Na atualidade, o conceito de território é de suma importância para a discussão e compreensão dos processos socioambientais. O território pode ser entendido como um todo concreto, mas, dialeticamente, flexível, dinâmico e contraditório, repleto de possibilidades; constituindo-se na produção humana, valendo-se do uso dos recursos que dão condições à existência na Terra. O espaço é um desses recursos e, sobre ele, há um enorme desejo de dominação, em diversas formas (SANTOS, 1997).

gens naturais. Esse meio ambiente transformou-se no mito vendido pelo mercado, incorporado pelas cidades e tomado, pela sociedade, como símbolo distintivo de consumo (LUCHIARI, 2000).

A concepção tradicional de meio ambiente não gera nenhuma lógica para um reencantamento da natureza, mas sim para uma reorganização de territorialidades, como apresenta a autora. Essa concepção reflete a natureza como externalidade que poderá ser controlada, quando o que está em jogo é assumir que a valorização da paisagem pela sociedade contemporânea é organizada em torno da tensão entre o mundo natural e o mundo criado pelos seres humanos com suas possibilidades técnicas, políticas e econômicas. É essa a razão simbólica que se impõe na estetização das paisagens pelo consumo.

Nesse sentido, adotar a natureza como externalidade foi um grande equívoco da modernidade, sendo necessária a reversão desse processo. Essa concepção, por sua vez, é fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo e, para tanto, não é viável o contentamento com os aspectos meramente visíveis da paisagem.

Os seres humanos “apropriam-se” da natureza de formas diversas. Seja para dela extrair recursos, para utilizá-los *in situ*, ou ainda, por meio de usos temporais, como cenário, que é a forma usual no turismo.

Em estudos sobre a relação seres humanos-natureza, mediada pelas atividades de aventura, ainda se negligencia a natureza vista como um “recurso comum”, ou seja, algo que pertence a todos, ao mesmo tempo em que não pertence a ninguém. É nosso objetivo apresentar, de forma introdutória, essa discussão, oriunda da sociologia ambiental.

Para Berkes (2002), recursos comuns referem-se aos recursos que compartilham duas características básicas: exclusão ou controle do acesso e capacidade de cada usuário subtrair uma parcela daquilo que pertence a todos.

Na “Tragédia dos comuns”, Hardin (1968) demonstra que o uso de recursos comuns pode levar à sua destruição quando geridos pelos usuários, sem um devido planejamento. Estudando o pastoreio de ovelhas na Escócia, Hardin observou que a vegetação, base da alimentação das ovelhas, estava extinguindo-se pelo seu uso incontrolado. Os pastores, no ímpeto de ter seu rebanho maior e mais produtivo que o de outros pastores, entraram em um processo competitivo, buscando espaços maiores para suas ovelhas, gerando, em última análise, o fim da vegetação.

Para esse autor, prevalece uma supervalorização do “eu” em detrimento dos “outros” (sejam humanos ou não), de formas egocêntrica e antropocêntrica, culminando no rápido declínio do bem-estar da sociedade. Tudo isso se agrava diante da visão reducionista que crê na tecnologia como detentora das soluções para os problemas ambientais emergentes.

Berkes (2002) salienta que os recursos podem ser geridos de quatro formas: livre acesso; propriedade privada; propriedade estatal e propriedade comunal. Na prática, os recursos tendem a ser geridos por uma combinação de duas ou mais dessas formas, as quais podem gerar inclusão ou exclusão dos grupos e/ou de indivíduos que façam parte dessa dinâmica. No caso das atividades de aventura na natureza, seja pelo esporte, pelo turismo, pelo lazer ou de outras maneiras, pode-se vislumbrar evidências de exclusão e/ou de inclusão como apontado a seguir:

Livre acesso: quando os recursos são mantidos no regime de livre acesso, tudo indica que a tragédia dos comuns deve acontecer. O resultado é a exclusão de todos pelo esgotamento do recurso. Assim, aponta-se o controle do acesso para que não haja o esgotamento.

Nas práticas corporais na natureza, quando o acesso é livre, muitas vezes, acontece um esgotamento indireto, ou seja, o recurso propriamente dito não se esgota (cachoeira, caverna, rio); mas elementos constituintes da fauna e da flora do entorno são destruídos e podem desaparecer, acarretando efeitos ecossistêmicos invisíveis no momento, mas cuja ausência, em longo prazo, será ampliada por meio de outros efeitos colaterais.

Diversas atividades de aventura têm sido denunciadas por seu caráter degradante: veículos motorizados em regiões sensíveis, visitação acima da capacidade adaptativa dos locais, rastros na forma de lixo, equipamentos avariados/esquecidos, entre muitas outras. O acesso livre amplia as possibilidades de degradação.

Em contrapartida, o acesso livre permite que os mais diversos tipos de usuários possam fazer uso dos recursos. As diferenç as sociais, econ micas, culturais etc., ainda que não desapareç am, não são exatamente obstáculos, permitindo um acesso mais democrático e eqüitativo. No Brasil, talvez o exemplo mais característico disso seja a praia, onde se pode observar, nas mesmas porções de areia, pessoas de diversas origens. Ainda que muitas sejam "privatizadas" por dinâmicas sutis, tal como as cadeiras e os guarda-sóis que um hotel de praia dispõe sobre uma faixa de praia.

Propriedade privada: aqui aspectos de exclusão são mais visíveis: há alocação de recursos nas mãos de uns poucos, impedindo o acesso de muitos; há dificuldade de fiscalização e controle, para fazer cumprir a legislação, e violação dos direitos de propriedade privada pelas pessoas que não aceitam tal privatização como legítima. No caso do uso de recursos naturais, dispostos em propriedades privadas para as atividades de aventura, a cobranç a, em moeda, pelo acesso acaba sendo a maior fonte de exclusão.

Como pode a propriedade privada ampliar o acesso aos recursos nela existentes? Há casos, como pequenas propriedades rurais, em que a abertura para o

turismo/esporte de aventura gera uma receita externa não existente antes. Assim, ainda que alguns usuários paguem pelo acesso, os proprietários possibilitam um acesso inclusivo, seja permitindo o acesso em datas específicas para a população local, seja na disponibilidade para projetos escolares e científicos, e outros. Via de regra, o proprietário, que possui essa visão inclusiva, assume uma postura significativa de proteção e manutenção dos recursos ali existentes.

Propriedade comunal: nesse sistema, exclusão significa a capacidade de excluir elementos não pertencentes a grupos definidos, os quais teriam, por força de lei ou pela tradição, o direito de uso dos recursos. É o caso, por exemplo, de algumas faixas litorâneas onde apenas certas comunidades pesqueiras têm o direito de uso para sua atividade. Em termos de turismo, há regiões onde se formam(ram) cooperativas ou associações comunitárias de exploração dos recursos, devidamente regidas por regras estabelecidas coletivamente. Assim, participar ou não, ser incluído ou excluído, depende da observância das regras. É ilustrativo o Projeto de Turismo Rural "Acolhida na Colônia" em Santa Catarina. No caso do turismo/esporte de aventura, tem-se visto a formação de associações de guias e monitores, geralmente moradores locais, os quais, além do acesso aos recursos, são beneficiados com a geração de receita pela atividade turística. Outros exemplos são observados na Chapada dos Veadeiros (GO) e em Bonito (MT), onde, além dos guias e monitores, também os moradores da região acedem em datas previamente definidas pelo Poder Executivo local.

Propriedade estatal: geralmente acontece quando os outros sistemas não garantem a devida proteção ao meio natural e aos recursos em questão. Mas esse regime também não fornece garantias, especialmente se faltam meios para fazer cumprir a legislação. A exclusão é dada por regras definidas por leis e decretos, bem como a inclusão, quando devida.

No Brasil, há diversas formas de regulação das propriedades estatais. No caso dos recursos naturais, essa regulação está disposta no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e dá-se por meio das áreas de proteção ambiental. As competições esportivas e o turismo de aventura realizados nesses sítios seguem (ou deveriam seguir) as regras de uso e apropriação definidas pelos órgãos gestores de cada área. Atualmente, há várias frentes de trabalho nas esferas governamentais, com contribuições da sociedade organizada, regulamentando essas atividades, buscando, inclusive, uma não-unificação de regras, mas uma especificidade, de acordo com as características de cada lugar. Assim, Ministérios do Meio Ambiente², do

² As Diretrizes para visitação em unidades de conservação foram recentemente criadas pelo Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2006).

Turismo e do Esporte vêm empenhando-se nessa direção, algumas vezes conjuntamente, outras em ações unilaterais. Também há, por todo o país, ações regionais nessa mesma direção.

Pode-se observar, portanto, diferentes atores e formas de valorização das diversas visões de mundo, ou mesmo do “mundo da vida”, nas quais ocorrem os processos de reprodução cultural e socialização, entendido como um espaço de mudança, como explica Habermas (1989). As opiniões e as escolhas distintas são pressionadas pelos sistemas (econômico e político), mas os diferentes atores, quase sempre, têm a capacidade de legitimar suas visões de mundo.

Ressaltamos que essas ações e políticas não se desenvolvem isoladamente, à margem de um contexto social amplo e contraditório, tal qual a sociedade brasileira. Da mesma forma, as práticas corporais de aventura na natureza não estão separadas dos contextos social, político e econômico nos quais ocorrem. Enfatizamos a necessidade de observá-las em um contexto mais amplo, focando o “pano de fundo” sobre o qual se desenvolvem (INÁCIO et al., 2005).

Isso aponta para uma discussão séria na educação física, a qual não pode se restringir a olhar tais práticas meramente como processos esportivos formais ou como uma parcela de mercado de trabalho exclusiva e, por isso mesmo, excludente.

AVENTURA: POSSIBILIDADE PARA A EMANCIPAÇÃO

A busca pela aventura caracteriza-se pela emergência histórica de imagens, valores, conhecimentos, metáforas e paradoxos, intimamente atrelados à condição humana na sociedade contemporânea, os quais têm a singular capacidade de influenciar na vida social como um todo.

Por isso, é importante não negligenciarmos esse movimento que traduz os anseios, bem como as frustrações dos seres humanos, os quais, por meio da aventura na natureza, relacionam-se com experiências, as quais nunca antes tinham imaginado concretizar: descer corredeiras de rios em botes infláveis ou cachoeiras por meio de cordas, explorar cavernas ou enfrentar obstáculos em trilhas no meio de florestas³. Essas atividades estão envolvidas por emoções e sentimentos que extrapolam suas formas e conteúdos, pois se relacionam a rituais, mitos, temores,

³ São muitos os termos que vêm sendo utilizados atualmente para representar essas formas de expressões humanas na natureza. Os próprios autores deste texto utilizam nomenclaturas diferentes: “atividades de aventura na natureza” (MARINHO, 2004) e “práticas corporais na natureza” (INÁCIO et al., 2005). Argumentos de ambas as visões podem ser encontrados em publicações anteriores a esta. Neste texto, serão encontradas as duas formas, posto que os autores não vêem prevalência de uma sobre a outra.

bem como a imagens de aventura, de risco, de ousadia, de distinção, estilo de vida e outros.

Nesse contexto, acreditamos que novos olhares e significados regem a contemporaneidade, demarcando outras emergências, as quais, por um lado, apontam para um profundo empobrecimento humano, mas, por outro, dão pistas de relações pautadas na ética e no respeito à vida. Mais ainda, ao serem recuperados os significados essenciais de lazer, esporte e turismo, eles, se atrelados ao comprometimento com a preservação da natureza, podem ser capazes de oportunizar novos sentidos à vida humana, mais sensíveis e afetuosos (MARINHO, 2006).

As atividades de aventura permitem certo afastamento de expressões céticas e individualistas que permeiam o cotidiano urbano por meio do contato com a natureza, mediante relações humanas mais diretas e intensas, agregando altas doses de aventura. Tais práticas são “recheadas” de experiências estéticas e de relações de “composição” (SANT’ANNA, 1999), podendo levar o praticante a um nível de consciência importante sobre diversas relações humanas (sociais, ambientais etc.).

Essas atividades permitem um distanciamento espaço-temporal das experiências cotidianas, inclusive as sensoriais e motoras, ampliando as possibilidades de autoconhecimento e de mudanças de hábito em diversas dimensões; seduzindo, além dos praticantes, as federações, clubes, empresários, escolas, organizações não-governamentais (ONGs), pesquisadores etc.

Cabe lembrar que, nos últimos anos, intensificaram-se estudos e intervenções sobre a temática das atividades de aventura na natureza, munindo-nos de ferramentas para melhor compreensão do fenômeno. São emblemáticas as pesquisas focando as relações entre as atividades de aventura e idosos; portadores de necessidades especiais; competências empresariais; drogodependentes; escolares; entre outras especificidades (MARINHO, 2004).

Igualmente reiteramos que as atividades de aventura na natureza não devem ser entendidas como “remédio para todos os males”, pois valores e competências nelas manifestados não se reproduzem, necessariamente. Contudo, entendemos o “fenômeno da aventura” como uma oportunidade significativa para a vivência de emoções e sensações, que podem ser capazes de contribuir para mudanças de comportamentos e atitudes, atreladas às demais esferas da vida humana. Então, está dada uma possibilidade de os seres humanos estabelecerem uma relação com a natureza, diferenciada dessa que vem sendo empreendida na modernidade.

Entender como é fértil a relação entre seres humanos e natureza por meio da aventura permite-nos aproximar essa discussão à educação física, vista como campo do conhecimento privilegiado, para as mais diversas intervenções nesse segmento em plena emergência.

A associação do lazer, do esporte e do turismo à natureza não é nova; porém, as formas mais recorrentes, como têm ocorrido, parecem despertar novos e instigantes olhares: da educação física, do turismo, da educação, da ecologia, entre outros (MARINHO, 2004).

A crescente demanda, vislumbrando diferentes espaços de atuação, exige uma nova postura profissional, capaz de corresponder, qualitativamente, ao interesse dos envolvidos, dando vigor à potencialidade das atividades de aventura na natureza. Schwartz et al. (2005) indicam que essa nova postura exige, antes de tudo, um compromisso ético, mas que ações efetivas, na direção desse compromisso, ainda são bastante sutis.

Além do compromisso com esse debate, devemos estar atentos para sua urgência. Essas atividades têm sido abordadas timidamente em cursos de formação, mas são assimiladas vorazmente pelo mercado do lazer, assumindo características predatórias, como já alertava Jacobi (1998). Esse autor enfatiza que, tendo em vista a banalização dos locais e a produção de efeitos destrutivos e desagregadores dos meios social e natural, é necessário estarmos alertas ao discurso do desenvolvimento econômico, o qual, muitas vezes, é superior em valor ao papel essencial do espaço natural, conduzindo ao turismo predatório.

Inácio et al. (2005) também observam que as atividades instituídas em sociedades de ordem socioeconômica capitalista acabam subsumindo-se às lógicas do mercado e do utilitarismo. Por essa perspectiva, afastam-se de interesses atrelados à cidadania e à emancipação humanas ampliando o mercado dessas práticas.

Com base nessas premissas, enfatizamos a importância de focar a reflexão sobre a relação entre a educação física e o meio ambiente. Iniciativas como essa apontam para um estreitamento significativo dessa relação por meio do lazer, seja ele no turismo ou não. Também, como já apontado, é preciso assinalar um debate sobre essas atividades de aventura como conteúdo da formação profissional e da educação física escolar. Nessa perspectiva, seguimos as discussões com foco nas contribuições da educação física a esse movimento de reencontro dos seres humanos com a natureza.

Marinho e Seabra (2002) mostram que vários estudos apresentam aspectos referentes à reaproximação dos seres humanos à natureza, contextualizando as atividades de aventura na contemporaneidade e questionando impactos e potencialidades; contudo, os autores detectaram que poucos discutem a formação profissional necessária, assumida e almejada em tais práticas. Tal fato se justifica, primeiramente, pela atualidade do tema e, também, pela falta de familiaridade com questões que, diferentemente do que se pensava, conquistam o espaço e a atenção devidos, desmistificando o estereótipo de “modismo”.

Para Marinho e Seabra (2002), uma vez aceita a inclusão de novos conteúdos em cursos de graduação para a formação dos profissionais que trabalham com atividades de aventura, será possível a visualização de práticas mais qualitativas que contribuam para a formação de cidadãos mais sensíveis e atentos às questões que se referem à natureza.

No entender de Betrán e Betrán (2006), as atividades de aventura na natureza, como práticas constituintes do projeto da educação física, subsidiam novos padrões motores desenvolvidos em contato com a natureza, possibilitando diversos contextos ambientais, bem como proporcionam um entorno com altos níveis de incerteza motora, oportunizando a manifestação de diferentes situações emocionais em inúmeras circunstâncias (estresse, dificuldade, risco). Os autores enfatizam que tais atividades favorecem a conscientização e a sensibilização do aluno para com o meio natural e seus problemas, promovendo uma educação ambiental baseada no conhecimento das características dos ecossistemas utilizados, no contexto sociocultural a que pertencem, na utilização responsável dos recursos materiais e tecnológicos que promovem o deslizamento controlado pelo ar, água e terra. Mais ainda, tratadas pedagógica e didaticamente, podem ajudar na tarefa de educar alunos por meio de um processo interdisciplinar.

Nessa mesma perspectiva, Marinho (2004) enfatiza que a educação física pode, valendo-se da experiência na natureza (longe das quadras, dos ginásios, das piscinas etc.), potencializar estratégias de ação para desenvolver, nos alunos, habilidades motoras, capacidades físicas e, até mesmo, fundamentos esportivos específicos. Tais atividades podem ser utilizadas para atingir uma variedade de objetivos educacionais, oportunizando diferentes níveis de desenvolvimento: coletivo (habilidades cooperativas e de comunicação), pessoal (auto-estima), cognitivo (tomadas de decisão e resolução de problemas), físico (aptidão e desenvolvimento de habilidades motoras). Podendo apenas serem utilizadas como atividades de lazer, com fim em si mesmas.

Essa autora reflete sobre os conteúdos dos cursos de formação em que as atividades na natureza possam ser inseridas, privilegiando essa nova demanda relacionada ao lazer e à natureza. O estudo das atividades de aventura na natureza não seria apenas uma forma de oportunizar uma mudança de *locus*, com fins de entretenimento (o que também é válido): seria uma forma de valorizar uma temática em emergência e de extrema importância para diferentes profissionais, demarcando novas possibilidades no mercado de trabalho e, mais ainda, evidenciando tais práticas como valiosas oportunidades para mudanças de comportamentos, atitudes e valores (MARINHO, 2004). O profissional que venha trabalhar com as atividades de aventura na natureza deve saber as possibilidades que tais atividades oferecem des-

de sua formação. Seria interessante, por exemplo, entender e explicar quais variáveis fisiológicas interferem em uma caminhada ou em uma corrida de orientação; quais músculos são mais exigidos nas remadas da canoagem; como as relações sociais se estabelecem entre escaladores; entre tantos outros exemplos que poderiam ser aqui elencados, agregando diferentes disciplinas e saberes.

É interessante que, nesses apontamentos, tem-se registrado não apenas a necessidade de inclusão de tal fenômeno na educação física escolar e nos cursos de formação, mas de que haja um projeto interdisciplinar, com a indispensável inclusão de saberes tradicionais, ampliando e enriquecendo a formação de novos cidadãos na direção do compromisso ético já citado.

Mas esse compromisso não é fixo, imutável; assim como outras esferas da vida, trata-se de uma dinâmica, sempre em avaliação. Sant'Anna (2001), ao apresentar a possibilidade de os seres humanos "comporem" com a natureza, cita o exemplo do surfista, o qual necessita manter um diálogo com a onda, com o vento, mediado pela prancha, que é um aparato técnico. Nesse diálogo, ocorre uma relação ética, de iguais, no qual o resultado (ou a composição) depende da justeza e equilíbrio do diálogo. Entretanto, isso não garante que esse diálogo aconteça também em seu cotidiano. Entendemos que a educação pelas práticas corporais de aventura na natureza caminha exatamente na direção de criar, estabelecer, desenvolver e ampliar atitudes e comportamentos, mais perenes e freqüentes, que se disseminam para outras esferas da vida cotidiana⁴.

Retomando os cursos de formação, importa ressaltar um dos aspectos que nos diferenciam (de alguma forma) de outros seres: o conhecimento. É este que pode, ou não, remeter-nos a um comportamento ético, pois conhecimento é poder e o uso desse poder requer também um engajamento ético, sem o que caímos em mais uma das muitas formas de dominação, seja da natureza, seja de outros seres. Assim, além dos conhecimentos acadêmicos (equipamentos, técnicas, conhecimentos básicos de fisiologia, biomecânica, didática etc.), há que produzir, nos cursos de formação, um outro saber, partilhado, solidário, transformador. Talvez, o que vem sendo chamado de educação ambiental caminhe nessa direção. Há que se explorar com mais profundidade esse tema.

⁴ Outro aspecto deste requerimento ético, discutido de forma mais significativa nas áreas da Sociologia, da Geografia, do Turismo, entre outras, concerne ao papel das comunidades locais receptoras do turismo de aventura e sua qualidade de vida. Bruhns (1997) destaca que a qualidade de vida dessas populações nem sempre é levada em consideração nos projetos ecoturísticos e de aventura, distanciando-nos de um compromisso ético com a vida, com a natureza e com os outros. Vale enfatizar que, nessas situações, deparamos-nos, quase sempre, com questões interdisciplinares.

Uma forma de educação ambiental, voltada a professores de educação física, vem sendo experimentada por Melo et al. (2006, p. 25), naquilo que denominaram “expressividades do corpomundo”. Essa proposta, mais que apresentar conteúdos clássicos da educação ambiental, busca “ecologizar” a formação dos professores.

Cardoso et al. (2006) também mostram o caráter educacional das atividades de aventura que pode ser explorado pela educação física como nova possibilidade pedagógica, uma vez que se refere à formação do indivíduo e a sua relação com o meio ambiente. Contudo, salientam inúmeros obstáculos presentes no cotidiano do planejamento escolar do profissional de educação física: falta de apoio do próprio ambiente escolar, desconhecimento do professor sobre as alternativas educativas das visitas à natureza, formação acadêmica deficitária, entre outros.

Apesar do que se apresenta, a interdisciplinaridade não é tão requerida quando o debate recai sobre o “mercado de trabalho”, ao menos, nos setores mais hegemônicos e conservadores da área da educação física. Há, aqui, um importante debate a ser enfrentado, ao apontarmos um novo e necessário comportamento ante a natureza: a ética não pode ser fragmentada. Nesse contexto, ao afirmarmos “fragmentada”, referimo-nos à reserva de mercado, à tentativa de apropriação de uma atividade socioeconômica por um campo profissional, que se quer hegemônico, ao menos, em seus documentos oficiais e nos não-formais elaborados por pessoas que representam esse setor⁵. Ora, se apontamos a ação interdisciplinar como um dos pilares para uma prática ética no âmbito das atividades de aventura na natureza, então, devemos também apontar para uma atuação profissional interdisciplinar. Aliás, isso vem sendo indicado nos estudos mais recentes, em boa parte citados neste texto.

Esse debate não é exclusivo da educação física, mas repete-se em diversos campos de atuação profissional, com o argumento comum de reserva de mercado. Por isso, e por não ser nosso objetivo neste momento, incitamos a profusão do debate, entendendo que este é um momento oportuno e fértil, haja vista os encaminhamentos que vêm sendo empreendidos por diversos setores da sociedade civil e do poder público⁶.

⁵ Vide números 18 (2005) e 19 (2006) da *Revista do Conselho Federal de Educação Física (Confef)*.

⁶ São emblemáticos alguns exemplos dessas ações: criação da Comissão de Esporte de Aventura (Ministério do Esporte), da qual fazem parte os autores deste texto, como representantes do Colégio Brasileiro de Ciências dos Esportes (CBCE); Processo de Normalização e Certificação do Turismo de Aventura (Ministério do Turismo); ações de associações esportivas de aventura para regulamentar suas atividades específicas; posicionamento do Confef, iniciativas de ONGs e outras mobilizações de entidades públicas e privadas.

Cabe destacar o conflito entre os Ministérios do Esporte e do Turismo sobre as responsabilidades de um ou outro quando essas atividades de aventura se constituem em práticas de lazer, esportivas ou turísticas. Tal tema vem sendo debatido publicamente, como na II Conferência Nacional de Esportes e no I Congresso Brasileiro de Atividades de Aventura, entre outros espaços públicos.

Enfim, no que diz respeito à formação e atuação no campo das atividades de aventura na natureza, cabe-nos, como investigadores sociais, estarmos

minimamente comprometidos com a capacidade de rompimento de uma lógica hegemonicamente voltada ao consumismo e ao conformismo, sendo capazes de denunciar, discutir e apontar alternativas viáveis dentro da área de conhecimento da Educação Física e do Lazer, chamando os atores sociais envolvidos em grupos, federações e associações na busca de posturas concretamente mais conscientes (BAHIA; SAMPAIO, 2005, s/n).

É justamente em sintonia com essas idéias que todas as reflexões, aqui levantadas, devem ser compartilhadas e aprofundadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: NA AVENTURA, O FIM SIGNIFICA O RECOMEÇO

Refletir sobre o meio ambiente, estabelecendo interfaces com a educação física, vislumbrando possibilidades de atuação profissional, remete-nos a Santos (2001, p. 40-41) ao evocar uma necessária "ressurreição da idéia e da prática da solidariedade", a qual estaria atrelada a um processo de tomada de consciência que, por sua vez, não é homogêneo.

De acordo com o autor, é diferente a velocidade com que cada indivíduo se apropria de verdades contidas na história, bem como a profundidade e coerência de tal apropriação. O primeiro passo é a descoberta individual, ainda que possa ser penosa diante das resistências existentes nesse novo modo de pensar. O segundo passo é a aquisição de uma visão sistêmica, ou seja, a possibilidade de visualizar as situações e as causas atuantes como conjuntos, localizando-os como um todo, interdependentes. O autor mostra que é a partir dessa visão sistêmica que se encontram, interpenetram e completam as visões de mundo e de lugar, permitindo compreender como cada lugar, cada coisa, pessoa e relação dependem do mundo.

A partir de então, muniramo-nos de uma visão crítica da história, na qual somos atores, incluindo uma apreciação filosófica de nossa própria condição diante da comunidade, da nação, do planeta e de nosso papel como atores. Com isso, inclusive por meio da própria noção do que é ser um consumidor, seria possível atingir a idéia de ser humano integral e de cidadão. Essa revalorização radical dos indivíduos contribuirá para a renovação qualitativa da espécie humana, servindo de base para uma outra civilização, pois

agora que estamos descobrindo o sentido de nossa presença no planeta, pode-se dizer que uma história universal verdadeiramente humana está, finalmente, começando. A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano. Basta que se completem as duas grandes mutações ora em gestação: a mutação tecnológica e a mutação filosófica da espécie humana (SANTOS, 2001, p. 174).

Conforme o autor, a mutação tecnológica dá-se com a emergência das técnicas da informação, as quais são “constitucionalmente divisíveis, flexíveis e dóceis, adaptáveis a todos os meios e culturas, ainda que seu uso perverso atual seja subordinado aos interesses dos grandes capitais”. No entanto, Santos (2001, p. 74) enfatiza que, quando sua utilização passar a ser democratizada, essas “técnicas doces” estarão ao devido serviço dos seres humanos. Por sua vez, a mutação filosófica é a única capaz de atribuir um novo sentido à existência de cada um de nós e de todo o planeta.

Compartilhamos dessas idéias de Santos (2001) e reiteramos que tais reflexões indicam que uma educação que se pretende inovadora e qualitativa, seja para o corpo, o ambiente, o lazer, o turismo ou para o esporte, precisa estar atenta às necessárias mutações apontadas; especialmente, em sintonia com as diferentes áreas do saber humano, agregando diferentes conhecimentos, visões de mundo, interesses e necessidades.

Apresentamos, neste texto, alguns estudos que, já há algum tempo, vêm discutindo os significados e as possibilidades transformadoras das experiências junto à natureza. Mais que nunca, amplia-se a idéia de que a natureza – externalizada como cenário ou paisagem das atividades de aventura – também age, interage, expressa-se, movimenta-se, transforma e é transformada. Os seres humanos não são os “senhores” dessa transformação: “a via é de mão dupla”, sistêmica, dinâmica.

Assumir um compromisso ético com a natureza significa sentir-se parte dela, enxergando-se a si mesmo nela e a ela em si; esse seria um “olhar que não aliena”.

Como já elucidado, a educação física brasileira vem apontando, já faz alguns anos, as possibilidades de experiência junto à natureza. De lá para cá, outros investigadores, fundamentados, em sua maioria, na opção dialética, apontam a relação seres humanos-natureza, por meio das atividades de aventura, como um espaço-tempo significativamente privilegiado para uma transformação do sujeito, da sociedade e das relações.

Precisamos distanciar-nos das dinâmicas perversas que apenas associam as atividades de aventura a alguma experiência no meio natural; temos de assumir uma “lógica ecológica”, a qual, por sua vez, deve-se mostrar solidária, conservacionista, democrática e dialógica.

Physical education, environment and adventure: a passage for stimulating ways

ABSTRACT: Inquiries on the relations between physical education and environment still are new and, with the proposal to contribute in this discussion, this paper presents reflections that surpass the understanding of the adventure activities as simple formal sport process or as an exclusive parcel of work market and, therefore, exculpatory. We understand as fertile the relation between human beings and nature mediated for adventure, what allows to stand out the physical education as a privileged knowledge field for the most diverse interventions in this segment in full emergency. In this context, we dialogue with geography and sociology, searching approaches with these knowledge areas, pointing the important paper of environmental education.

KEY WORDS: Physical education; environment; adventure; interdisciplinary; environmental education.

Educación física, medio ambiente y aventura: un trayecto por vías estimulantes

RESUMEN: Investigaciones sobre las relaciones entre la educación física y el medio ambiente son aún muy recientes. Para contribuir con este debate, este texto presenta reflexiones las cuales se van a más que la comprensión de las actividades de aventura como uno sencillo proceso deportivo formal o como una porción del mercado de trabajo exclusiva y, por supuesto, excluyente. Apuntamos ser fértil la relación entre los seres humanos y la naturaleza mediatizada por la aventura, lo que permítenos destacar la educación física como un campo privilegiado del conocimiento para las muchas y diversas intervenciones en este segmento emergente. Por eso, dialogamos con la geografía y con la sociología, acercándonos de estos saberes y áreas do conocimiento, señalando el papel importante de la educación ambiental.

PALABRAS CLAVES: Educación física; medio ambiente; aventura; interdisciplinaridad; educación ambiental.

REFERÊNCIAS

BAHIA, M. C.; SAMPAIO, T. M. V. Lazer e meio ambiente: atividades de aventura e grupos praticantes no estado do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 17., 2005, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: UCDB, 2005.

BERKES, F. Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais. S.l.: s.ed., 2002 (mimeo).

BETRÁN, J. O.; BETRÁN, A. O. Proposta pedagógica para as atividades físicas de aventura na natureza (AFAN) na Educação Física no ensino médio. In: MARINHO, A.; BRUHNS,

H. T. (Orgs.). *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. São Paulo: Manole, 2006. p.180-210.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de áreas protegidas. *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e a aventura. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Ijuí, v. 18, n. 2, p. 86-92, 1997.

CARDOSO, A.; SILVA, A. R.; FELIPE, G. R. Educação pela aventura: desmistificando sensações e emoções. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA, 1., Camboriú, 2006. *Anais...* Camboriú: s.ed., 2006. p. 71-97.

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HANNIGAN, J. *Sociologia ambiental*. A formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HARDIN, G. The tragedy of the commons. *Science*, v. 162, p. 1.243-1.248, 1968.

INACIO, H.L.D.; PERETI, É.S.; SILVA, A.P.S.; LIESENFELD, P.A. Bastidores das práticas de aventura na natureza. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (Orgs.). *Práticas corporais: experiências em Educação Física para outra formação humana*. Florianópolis: Nauembla Ciência e Arte, 2005, v. 3, p. 69-87.

JACOBI, P. Lazer, ambiente e cidadania. *Debates Socioambientais*, ano III, n. 9, p. 1-4, mar./jun. 1998.

LEFF, H. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCHIARI, M. T. D. P. Turismo e meio ambiente na mitificação dos lugares. *Turismo em Análise – Revista do Dep. de Relações Públicas, Propaganda e Turismo*, São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da USP, v. 11, n. 1, maio 2000.

MARINHO, A. Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. *Motrivivência – Revista de Educação Física, Esporte e Lazer*, Florianópolis: Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, ano XVI, n. 22, p. 47-69, jun. 2004.

_____. Lazer, natureza, viagens e aventuras: novos referentes. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens, lazer e esporte: o espaço da natureza*. São Paulo: Manole, 2006. p. 1-26.

_____.; SEABRA, L. F. Atividades de aventura e formação profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 14., Santa Cruz do Sul, 2002. *Anais...* Santa Cruz do Sul: s.ed., 2002.

MELO, C.K.; SILVA, F.W.; PERETI, É.S.; SPINELLI, R.M. Expressividades do corpomundo: a dimensão ecológica na formação de professores(as) de educação física. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ATIVIDADES DE AVENTURA, 1., Camboriú, 2006. *Anais...* Camboriú: s.ed., 2006.

SANT'ANNA, D. Passagens para condutas éticas na vida cotidiana. *Revista Margem*, São Paulo: PUC/EDU, 1999.

_____. *Corpos de passagem: ensaios sobre a subjetividade contemporânea*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SCHWARTZ, G.M.; MARINHO, A.; CHRISTOFOLETTI, D.F.A.; MOREIRA, J.C.C.; CARNICELLI, S.F. Atividades de aventura na natureza: reflexões sobre lazer, turismo e ética. In: ENCONTRO NACIONAL DE RECREAÇÃO E LAZER, 17., Campo Grande, 2005. *Anais...* Campo Grande: UCDB, 2005.

VIEIRA, P. F.; WEBER, J. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 1997.

Recebido: 11 set. 2006
Aprovado: 10 dez. 2006

Endereço para correspondência
Alcyane Marinho
Rua João Pio Duarte Silva, 114/ 406 Bloco B
Edifício Villa Vitória – Bairro Córrego Grande
Florianópolis-SC
CEP 88037-000